

**DEBATES EM TORNO DO GOVERNO JOÃO GOULART: O CONCEITO DE
POPULISMO E A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO –
1961 – 1964.**

Valquiria Kelly Zanzarini Braga

Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo

valquiriak.braga@hotmail.com

A querela sobre o que nos caracteriza como país não é nova. Não cabe aqui situarmos o debate, que perpassa diversas vertentes das ciências humanas, sobre o caráter nacional brasileiro. No entanto, a questão da particularidade do capitalismo brasileiro nos parece ser a pedra de toque que ilumina as principais questões da história e do futuro de nosso país; ampliada e relacionada ao seu universal correspondente, a particularidade talvez seja uma das chaves tão buscadas para abrir os caminhos para um novo modelo social onde reine a emancipação humana. Nossa opção pelo tema, se explica basicamente por dois motivos: o aguçamento e conseqüente exposição sumária das querelas pelas quais passava o país são fundamentais para a elucidação dos elementos particulares de nosso capitalismo e, portanto, para nossa realidade atual.

A Segunda República está intrinsecamente ligada com o debate que se fazia desde o início do século XX a cerca do modelo socioeconômico a ser adotado no Brasil. A crise do modelo agroexportador abre com maior clareza a perspectiva de uma mudança nos padrões de acumulação do capitalismo doméstico, se colocando a industrialização como opção na dinâmica da economia nacional. A vitória do varguismo expressa uma das opções do embate e as décadas de 30 e 40 são expressões da maior ou menor execução desse projeto, sempre dialogando com elementos agroexportadores teoricamente característicos do momento anterior. A década de 50, por sua vez, nos mostra a vitória do modelo internacionalista proposta por JK. A década de 60 e a ascensão de Goulart se inserem nesse debate, a saber, qual projeto nacional o Brasil deveria seguir. Assim, foi

entre as décadas de 30 e 50 que se delinearão as opções dos modelos de acumulação capitalista possíveis em nosso país e foi no governo Goulart que as forças sociais, a favor ou contra este ou aquele modelo se digladiaram pela vitória. A ditadura militar imposta em 1964 não deixa dúvidas de qual foi o vencedor desse embate.

Para contribuir com tal tema, apresentaremos brevemente as interpretações dominantes sobre o período tratado – a teoria do populismo, explicação recorrente sobre o governo Jango –, os debates dela decorrentes bem como apontaremos algumas de suas falhas. Em seguida apresentaremos algumas reflexões baseadas na pouca explorada categoria marxista de particularidade e então apontaremos algumas indicações possíveis para a não apreensão desta particularidade no caso brasileiro.

Ressaltamos ainda que nossas pesquisas ainda estão em andamento, sendo os resultados e conclusões aqui expostos incompletos e provisórias. Cabe apontar também, que o governo Goulart é apenas referido no contexto maior de outras teorias devido ao limitado espaço da comunicação.

As interpretações sobre o período e o debate em torno do conceito de populismo

Realizando-se um panorama sobre as interpretações mais importantes a cerca do período por nos tratado, rapidamente podemos notar a ênfase no conceito de populismo, comumente utilizado para caracterizar todo período entre 1930 e 1964, abrangendo, portanto, o governo janguista. Assim, para entendermos o debate teórico que abarca nosso tema, precisaremos de um duplo movimento: apresentar os principais autores que tratam do “populismo” e retroceder historicamente até 1930, período essencial para se aclarar as questões que tangem a década de 1960. Apresentaremos, portanto, brevemente, as teorias de Francisco Weffort e Octávio Ianni, os chamados teóricos do populismo, destacados intelectuais que ditaram regra sobre esta questão por muito tempo e ainda influenciam intensamente o debate em torno das principais questões nacionais no que confrange ao nosso período. Sem querer esgotar o tema, muito menos diminuir a importante contribuição desses autores, buscaremos traçar algumas linhas gerais das quais comungam os teóricos do populismo, elucidando conceitos amplamente utilizados não só por esses teóricos quanto por inúmeros outros autores por eles

influenciados – como José Álvaro Moisés, Décio Saes, Armando Boito Jr, Régis de Castro Andrade, René Dreifuss, etc

Estes teóricos escrevem nas décadas de 1960-80 na tentativa de elaborar uma síntese da lógica de desenvolvimento brasileiro, mais especificamente, da passagem de um Brasil agrário para um Brasil industrialmente desenvolvido e, tomando como hipótese central que a Segunda República brasileira, descortinada com a “Revolução” de 1930 e encerrada pelo golpe de 1964, seria regida por governos populistas, elaboram a teoria da “crítica do populismo”.

Buscando entender a historicidade própria de nosso país, Weffort e Ianni organizam uma chave explicativa para a modernização capitalista no Brasil. Nesse sentido, a forma política populismo seria desencadeada por uma “crise de hegemonia” nas relações de poder nacionais. Fragilizadas pela crise de 29 e seus desdobramentos para o setor agro-exportador, a oligarquia cafeeira dominante até então teve seu poderio abalado. Ao mesmo tempo surgindo em cena estão novos atores na sociedade brasileira: a burguesia industrial, setores da classe média e o operariado urbano. Assim como a velha elite oligarca, também a burguesia industrial aparece como figura frágil uma vez que, novas no cenário político, ainda não havia concretado seu poder. O operariado urbano, por sua vez, o novo ator decorrente do processo de desenvolvimento urbano-industrial capitalista, se apresentaria como uma questão a ser solucionada: como incorporar as massas populares ao processo político? Ao mesmo tempo em que demandam condições de vida e trabalho, as massas também representam um enorme poder, uma vez que são numericamente enormes e crescentes. A “disponibilidade política” dessa fatia da sociedade vai de encontro à fraqueza dos demais setores em formação e da velha oligarquia cafeeira. A solução encontrada pela classe dominante foi o Estado de Compromisso de líder populista, que inclui no pacto entre os grupos dominantes e a classe média também as massas populares, mas na forma de manipulação.

Essa inserção não teria sido feita pela classe, mas sim de forma individual. Aí se entende porque falam em massa: a ausência de consciência de classe faz com que o

operariado não se relacione com a classe dominante como classe operária, mas como indivíduo e líder populista/Estado. O caráter manipulatório do Estado populista ocupa papel de destaque na interpretação, uma vez que as concessões dadas às massas seriam apenas uma forma de acalmá-las e mantê-las sob a tutela de tal Estado, enquanto que em realidade eram atendidos os interesses das classes dominantes.

Os sindicatos, neste contexto, em sua estrutura corporativista, serviram para legitimar e aprofundar a ordem populista, uma vez que, vinculados ao Estado e submissos às orientações do MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio -, contribuía para a massificação dos operários ao afastá-los de seus reais interesses de classe e privá-los de sua autonomia.

Com relação ao papel desempenhado pelas esquerdas no período tratado, a posição dos autores é de condenação do Partido Comunista Brasileiro como partido que teria caído no artilho populista e se limitada à célebre aliança com a burguesia. Indicado como uma das causas para subordinação dos trabalhadores às chancelas do populismo o PCB se torna um dos responsáveis pela falta de atitude do movimento operário frente aos desmandos da elite.

A ausência de consciência de classe, acirrada pelas falhas dos grupos de esquerda, pelo sindicalismo atrelado ao Estado e pela influência carismática do líder, faz com que o proletariado não se veja e não atue como classe, convertendo-se, portanto, em massa, sendo relegada a mero ator coadjuvante no embate político.

No entanto, o populismo não se limita à manipulação da massa, mas seria um fenômeno político singular, um tipo específico de dominação política e de participação popular, que se deu na época do desenvolvimento industrial e urbano brasileiro, caracterizado pela incapacidade política dos setores dominantes em fazerem-se dominantes. Ou seja, para entender a forma de atuação das classes populares no período, necessariamente deve-se levar em consideração a forma política populismo.

Apesar de as leituras de Weffort e Ianni serem o referencial teórico mais comum na análise do tema aqui debatido e espelho para diversos autores que escrevem sobre o

período, cada vez mais se acirra o debate acerca da validade destas interpretações para o entendimento do desenvolvimento nacional.

Jorge Ferreira (2010), tentando realizar uma revisão das análises empreendidas por tais teóricos, é responsável pela organização de uma coletânea de textos que buscam problematizar o conceito de populismo.¹ Nesta, o organizador reafirma a importância da categoria populismo nas análises sobre política e história brasileira, mas enxerga os limites desta análise. O autor indica como fonte do construto teórico elaborado por Weffort e Ianni as proposições de autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Guerreiro Ramos, que caracterizam o populismo na política brasileira baseados na chamada teoria da modernização. Para esses teóricos, o populismo se trata de uma manifestação típica da passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, mas da forma pela qual essa transição ocorreu na América Latina; diferente dos casos clássicos, por aqui essa transição se deu de maneira atabalhoada, configurando-se o populismo como um “descompasso, retrocesso ou desvio” do modelo ideal da social democracia europeia.

Segundo Ferreira, tanto Weffort quanto Ianni não ressaltam a especificidade brasileira, igualando figuras diversas sob o rótulo populista. Essa generalização não deixa de fora a atualidade, sendo ainda hoje usada para explicar governos e governantes tanto pelo senso comum quanto pela academia:

Assim, João Goulart, Leonel Brizola, (...), todos filiados a um partido político, o PTB, bem como uma tradição política, o trabalhismo, surgem no mesmo patamar que Jânio Quadros e Adhemar de Barros (...). Eles por sua vez, são iguados à ala direitista-golpista da UDN, como Carlos Lacerda, ao general Eurico Dutra e JK (FERREIRA, 2010, P. 17).

¹ Na mesma coletânea, ainda sobre o debate acerca da validade do conceito de Populismo, apropriado e desdobrado por Weffort e Ianni também se destaca *Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão* de Daniel Aarão Reis, no artigo é apontado a revisão do conceito de populismo por Ângela de Castro Gomes e outros autores, bem como o entendimento da gênese do termo entre os autores brasileiros. Escolhemos aqui, Jorge Ferreira pois entendemos que seu pensamento é essencialmente similar e representativo dos demais teóricos do trabalhismo.

Ferreira ressalta, ainda, que as análises que tomam como centro o populismo, reduzem a história do movimento operário “a uma espécie de ‘conspiração’ das classes dominantes”, acabando por estabelecer uma relação onde o Estado aparece como todo poderoso e a sociedade, em especial a classe trabalhadora e seus líderes, são vistos como vítimas inertes diante desse enorme poder, afirmando que a esquerda cai, desta forma, na armadilha da direita, que quer ver na relação desigual Estado/sociedade e na incapacidade desta última, as razões para os problemas nacionais. “Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo” (FERREIRA., 2010, pp. 61-62).

É a partir dessa crítica que Ferreira desenvolve sua hipótese teórica. Alega que, por mais que de fato tenha ocorrido intervenção estatal no período, esta não é suficiente a ponto de moldar a mente e o comportamento das massas e muito menos a classe proletária é passiva e sem iniciativa própria como daria a entender uma interpretação centrada na dualidade Estado poderoso/ sociedade manipulada.

Ferreira afirma que nos governos trabalhistas houve sim certa consciência de classe, deixando os trabalhadores de aparecerem como passivos, tornando-se sujeitos de sua própria história, de forma que suas reivindicações foram, se não totalmente, pelo menos parcialmente atendidas. Assim o autor realiza um regate positivado da tradição trabalhista e das práticas do PTB, afirmando que a opção pelo trabalhismo não foi fruto de manipulação e sim uma escolha consciente dos trabalhadores, rompendo-se, segundo ele, a dicotomia referida entre Estado e Sociedade. Assim o autor propõe a substituição do termo populismo pelo termo trabalhismo, mais eficaz e assertivo para caracterizar o período.

Outra crítica à análise dos “teóricos do populismo” foi empreendida por Murilo Leal². Em um trabalho inovador, rico em análises de fontes históricas, Leal busca analisar a

² Escolhemos Murilo Leal como representante de uma *corrente* maior, fruto de uma tendência que se inicia na década de 80 de revalorização da história do trabalho. De inspiração thompsoniana, esta corrente dá ênfase a elementos menos tradicionais na história do trabalho, enfatizando o estudo das bases e de elementos como a cultura, a vida cotidiana, as identidades sociais, etc.. Buscando reconciliar o movimento operário e sindical, bem como os trabalhadores como um todo, esta corrente se contrapõe às interpretações clássicas dos teóricos populistas. Fazem parte desta tendência, entre outros autores: Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antônio Luigi Negro, Paulo Fontes, etc.

classe operária a partir da perspectiva de E. Thompson, examinando não apenas os movimentos sindical e grevista, mas também as manifestações culturais desta classe. Assim, baseado na análise dos trabalhadores de São Paulo, Leal consegue asseverar que:

Ao contrário, portanto, do que se afirmava na bibliografia crítica ao populismo, a consciência de classe dos operários não se diluiu na condição de ‘massa’ (...). Em vez disso, constituíram-se alianças, organizações e programas para enfrentar a questão trabalhista, da carestia, da moradia e da representação política a partir do ponto de vista dos interesses operários e populares (LEAL, 2011, P. 32).

Percebe-se, portanto, que Leal busca desconstruir as noções tipicamente populistas que tomavam o movimento operário como subordinado ao Estado, carente de uma consciência própria e pouco combativo:

E a massa desarticulada, manipulada pelo Estado ou pelas lideranças políticas de plantão, passou a ser entendida como uma classe que, no interior de condições que não escolhe, é capaz de fazer sua própria história, tanto quanto ser feita por esta (LEAL, 2011, P. 32).

Em debate com as três interpretações citadas, muito relevantes são as contribuições de pesquisas recentes que buscam reafirmar as teorias do populismo e ressaltar sua origem marxista. Felipe Abranches Demier e Demian Mello, cada um na especificidade de suas pesquisas, tem em comum intensa crítica a Jorge Ferreira e demais autores do trabalhismo, afirmando que estes empreenderam uma análise simplista de Weffort e Ianni. Desta forma, ao analisar a eleição e legitimação dos “líderes populista” como uma escolha livre e consciente dos próprios trabalhadores, como se estes tivessem optado racionalmente pelo trabalhismo e não por qualquer outro partido de esquerda, Ferreira estaria reduzindo a complexidade de temas como manipulação e hegemonia a termos de supervalorização dos atores e negação das determinações sociais do processo histórico.

Para Melo, Ferreira teria reafirmado a mesma análise do populismo, mas com sinal trocado, uma vez que, se para Ianni e Weffort o Estado e o líder carismático são criticados por serem conservadores e dominantes e as massas são tomadas como manipuladas, para Ferreira Estado e líder são vistos como efetivamente representantes das classes subalternas, que, por sua vez, se encontram realizadas e plenamente representadas por tais líderes, adquirindo, portanto, consciência de classe ao realizar a melhor escolha. O termo populismo teria sido cunhado, portanto, não por uma esquerda insatisfeita, mas sim pelos conservadores em reação. A interpretação do populismo elaborada por Weffort e Ianni é substituída por uma visão que atribui à esquerda “falta de apego pela democracia” (uma vez que não reconheceu a democracia quando ela estava a sua frente – o trabalhismo). Nessa perspectiva, a esquerda brasileira deixa de ser vítima de manipulação populista e passa a ser a vilã responsável pela derrota do modelo ideal, o trabalhismo. A crítica à Ferreira se dá no sentido da afirmação de que o sistema capitalista como um todo está em crise naquele momento da realidade brasileira, sendo iminente a derrocada daquele ciclo progressista. De forma que é impossível a validação do raciocínio feito por Ferreira, de que o trabalhismo foi um momento pleno de nossa história, sendo este idealizado por tal autor.

Ao propor uma nova forma de interpretação da realidade brasileira Demier lança mão dos conceitos de bonapartismo cunhado por Marx e Trotsky. Caracterizado por uma forma de dominação política em que o Estado adquire relativa autonomia frente às classes e frações de classe em conflito no jogo político, o bonapartismo apareceria em casos de crise de hegemonia, ou seja, o Estado assume papel de árbitro, se colocando acima das classes, uma vez que nenhuma delas teria poder suficiente para se tornar hegemônica. Na medida em que o bonapartismo tem como característica controlar e reprimir o movimento operário de forma preventiva, evitando sua organização e ação, na busca como fim último de preservar a ordem capitalista, se realiza, diante da pressão das massas, um compromisso. Como este compromisso tenha sido firmado, por parte da classe dominante, com o objetivo de controle, “pode-se dizer que o reformismo e o corporativismo de Estado foram impostos ao aparelho estatal bonapartista à classe dominante ‘para próprio bem desta’”.

Claramente se pode perceber, e o autor reafirma isto ao longo de seu trabalho, que as noções de populismo e bonapartismo se assemelham em muitos aspectos: ambas partem de uma crise de hegemonia para desenhar o esquema populista ou bonapartista, ambos dialogam com a noção de “Estado de compromisso” e com certa autonomia ou superioridade do Estado frente às classes sociais.

José Chasin insere os autores do “populismo” em um conjunto mais amplo de intelectuais que elaboraram teorias de peso para a interpretação da realidade nacional, a chamada *analítica paulista*.³ Segundo Chasin, essas teorias surgem com o objetivo de corrigir as ações de uma esquerda sem radicalidade, uma vez que esta, na figura do PCB, deixou-se cair na aliança de classes com a burguesia. Esta “reação” que propõe uma retomada da radicalidade operária será a base teórica para as ações “de esquerda” da década de 70 em diante. Afirmando que os citados teóricos se baseiam em noções marxistas abstratas e que, portanto, falseiam a realidade, Chasin percebe a inversão realizada pelos teóricos da “crítica do populismo” ao relegar para as “massas”, a culpa pela manutenção da situação brasileira:

De fato, para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populista são em conjunto ou cada um *per si* o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante (...) (CHASIN, 2000, P. 251).

Além de deixar o espólio do capital nas mãos das massas, os teóricos do populismo acabam por não cumprir sua missão inicial, a saber, dar uma solução para a tipicidade da formação brasileira. Ou seja, é uma das bases do capitalismo em geral – e não particular ao populismo - a afirmação da solidariedade entre capital e trabalho, bem como o uso das noções de pátria, povo e nação, não bastando isso para especificar a

³ A expressão *analítica paulista* formulada por Chasin compreende os participantes do famoso seminário sobre *O Capital* de Marx e que, posteriormente vieram a formar o CEBRAP que, criado em 1969, abarcava intelectuais de grande monta, exercendo grande influência sobre a formulação das interpretações da realidade brasileira e sendo, ainda hoje, referência para o debate dos problemas nacionais e das ciências sociais. Dentre os intelectuais que se destacam na *analítica paulista* podemos citar: Weffort, Ianni, José Álvaro Moisés, Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Bresser-Pereira, Bolívar Lamounier, etc.

singularidade do capitalismo brasileiro. A teoria do populismo erra também ao condenar toda e qualquer aliança política, no afã de combater os erros da esquerda tradicional (PCB), marcados por sua famosa política de aliança de classes, acabando por pregar o isolamento político.

Lívia Cotrim, partindo dos trabalhos de Chasin e desdobrando-os de forma singular, propõe, da mesma forma que Ferreira, situar as origens do pensamento dos teóricos do populismo na teoria da sociedade de massas. De forma que, tomando a liberal-democracia como ideal a ser alcançado, os teóricos do populismo reduzem e as demais formas políticas como corrupção mais ou menos desenvolvidas desse ideal. Influenciadas diretamente pela análise weberiana, essa forma de entendimento da sociedade toma cada forma política como tipos ideais, imputando na realidade as características do modelo. Assim é eliminado tanto o caráter histórico, quanto, conseqüentemente, a particularidade de cada caso concreto, reduzindo-se a análise a generalizações abstratas, incapazes de perceber as diferenças entre as formações sociais tratadas.

A teoria do populismo, por mais que tenha levantado uma questão legítima – como encontrar uma saída para a questão nacional da perspectiva do trabalho – ao partir de referenciais equivocados, toma como horizonte a democracia, não se desvinculando da esfera do capital e inculcando em um erro igual ou maior do que a esquerda que buscava criticar⁴.

A categoria particularidade

O entendimento pleno do materialismo histórico tal qual desenvolvido por Marx, já nos aponta para a direção da categoria particularidade, uma vez ser enfatizado pelo autor

⁴ Outros autores realizarem significativa crítica ao conceito de populismo. Destacamos: MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. e BARBOSA, Rubem. *Populismo: Uma revisão Crítica*, Tese de Doutorado - Universidade Federal de Juiz de Fora, mimeo.

citado, a historicidade dos fenômenos humanos. Com relação à forma concreta que esses fenômenos históricos podem assumir, Marx já nos indicava a especificidade do caso alemão, que seria uma forma diferenciada, em relação aos casos francês ou inglês, de objetivação do capitalismo. Na “Crítica da filosofia do direito de Hegel”, mais especificamente na *Introdução* publicada nos *Anais Franco-Alemães* em 1844, Marx reflete sobre o caráter particular do caso alemão para introduzir-nos na problemática relação entre filosofia e política nesse país. Afirmando que a filosofia hegeliana e sua teoria sobre o direito estão à frente da realidade concreta do país, sendo, portanto, idealizações abstratas dessa mesma realidade, Marx compara a realidade alemão com formações capitalistas modernas:

Se quisermos nos ater ao *status quo* alemão, mesmo da maneira mais adequada, isto é, negativamente, o resultado será ainda um *anacronismo*. (...) Se nego a situação alemã de 1843 dificilmente atinjo, segundo a cronologia francesa, o ano de 1789, e ainda menos o centro vital do período atual (MARX, 2005, P. 51).

Fica claro em toda esta *Introdução* a tentativa de Marx de elucidar o caráter atrasado do capitalismo alemão, sendo este ainda marcado pela presença forte de elementos do *ancien régime* no momento em que as nações europeias avançadas apenas lidam com as sombras deste fantasma: “A luta contra o presente político dos alemães é a luta contra o passado das nações modernas, que ainda se vêem continuamente importunadas pelas reminiscências do seu passado.” (MARX, 2005, P. 148). De forma que o atraso econômico, prático, alemão é refletido tanto em atitudes ultrapassadas na economia e na política quanto na teoria desenvolvida por seus intelectuais: “Por conseguinte, na Alemanha, começa-se com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra.” (MARX, 2005, P. 149).

A razão que leva Marx a realizar a crítica da filosofia do direito de Hegel é justamente este descompasso entre uma realidade atrasada e uma filosofia que idealiza esta realidade, sendo, portanto, incoerentes as propostas da teoria hegeliana para a prática alemã, ou seja, “A Alemanha não (...) atingiu ainda na prática os estágios que já ultrapassou na teoria. Como poderia a Alemanha, em *salto mortale*, superar não só as

próprias barreiras mas também as das nações modernas, isto é, as barreiras que na realidade tem de experimentar atingir como uma emancipação de suas próprias barreiras reais?” (MARX, 2005, P. 152).

As explicações, segundo Marx, das contradições alemãs estão justamente nesse desenvolvimento precário de seu capitalismo, uma vez que este conjuga elementos velhos, ultrapassados e novos, modernos, sem, no entanto, gozar das benesses do seu desenvolvimento. De sorte que a Alemanha “experimentou também as dores deste desenvolvimento sem participar nos seus prazeres e satisfações parciais” (CHASIN, 2000, P. 153)

Lênin também, em seus estudos, se dedica ao tema, apontando a diferenciação não só do caso alemão – batizada por ele de Via Prussiana -, mas dos casos russo e norte americano.

O filósofo húngaro Lukács, seguindo o direcionamento de Marx e Lênin, sintetiza os casos concretos em teoria, desenvolvendo a categoria de particularidade. Lukács afirma que, sendo o concreto síntese de múltiplas determinações, e sendo estas determinações historicamente dadas, o universal capitalismo pode assumir particularidades que não negam ao todo que lhes deu origem, mas antes o reafirmam de forma concreta. O capitalismo, portanto, é uma abstração, uma forma universal, que só toma sentido se analisado no seu evoluir histórico, ou seja, nas formas particulares que assume. De forma que o caso particular contém o universal.

A respeito da particularidade, referida por Lukacs, aplicada ao caso brasileiro, acreditamos ser José Chasin, o intelectual que mais longe levou o desenvolvimento de tal questão. Chasin afirma, em comunhão com Lukacs e se baseando em Marx que

a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas (CHASIN, 2000, P. 38),

ou seja, Chasin comunga com Lukacs quando este percebe que a realidade é dotada de particularidades em seus casos concretos, não deixando, no entanto, de se pregar a anatomia universalizante que as determina e lhes confere contornos (no caso, o modo de produção capitalista).

Em busca da particularidade brasileira: uma crítica ao politicismo.

Partindo do exposto acima, acreditamos que a identificação dos elementos particulares ao capitalismo brasileiro escapa à teoria do populismo e mesmo a grande parte de suas críticas. Na tentativa de contribuir com esta árdua tarefa, acreditamos ser necessário retomar o debate econômico que se travava em inícios da década de 60 e que buscava, justamente, entender as características essenciais do desenvolvimento brasileiro e, a partir disso, propor rumos e soluções para seu futuro. Esse tipo de debate, centrado no evoluir da realidade brasileira, que buscava desvendar seu sentido (Prado Jr), sua lógica, tendo como pano de fundo sua estrutura econômica – ou, resgatando novamente a categoria desdobrada por Lukács – sua particularidade, foi progressivamente abandonado com o aprofundamento longínquo da Ditadura Militar e insipidamente retomado mesmo após a redemocratização. O peso de anos de ditadura obviamente tem seus espólios na amofinação de um pensamento crítico interpretativo da realidade brasileira e na derrocada de tal debate.

Em nossos esforços de pesquisa, notamos que as interpretações recorrentes sobre o período aqui abordado, se concentram, como indicado, no debate político, com pinceladas leves pró-forma das relações materiais. Quando o debate se faz na esfera econômica, ocorre sem a pretensão apontada acima de indicar o caráter particular do capitalismo brasileiro e, por consequência, não consegue enxergar os nexos políticos decorrentes dessas mesmas relações práctico-sociais. De sorte que ocorre o que José Chasin chamou de politicismo, ou seja, uma hiperacentuação da esfera política como se esta fosse a chave resolutória da sociabilidade humana e, conseqüentemente, nela se dessem as soluções para as grandes questões nacionais. Segundo Chasin (2000), no entanto, o politicismo é um engodo no qual se enredou a esquerda brasileira, decorrente de uma incorreta leitura da reflexão marxiana como centrada na política.

De acordo com o que já afirmava Marx, a política fora “sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens” (CHASIN, 2000); os intelectuais brasileiros, parecendo não compreender a categoria política, propõe soluções apenas nesta esfera. Conforme nos explica Rago Filho (2004, p. 157.), o politicismo “reside no artifício de priorizar a esfera da política, seccionando-a da econômica, com o que anula o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital”.

De forma que se o politicismo parte de um erro da esquerda, de uma leitura equivocada ou vulgar do marxismo, o mesmo não se pode dizer da classe dominante; a não compreensão da realidade, como não poderia deixar de ser, é estratégia da direita e, em sua forma politicismo, particularidade do capitalismo hiperatrasado do caso brasileiro. “Há que especificar, portanto, que uma das características essenciais da reprodução da dominação do capital atrofico em nossa formação histórica acha-se no fenômeno do politicismo” (COTRIM, 1999) E, como arremata Cotrim (1999), juntando à apreciação da teoria do populismo a crítica do politicismo:

Enquanto a esquerda tradicional pretende que estejam presentes na burguesia brasileira as virtualidades econômicas da burguesia clássica, a nova esquerda pretende a presença das virtualidades políticas daquela, isto é, pretende que a instauração da democracia burguesa clássica, a democracia liberal, fundada na soberania do povo, seja uma virtualidade de todas as formações sociais capitalistas, independentemente de sua forma específica de objetivação, uma vez que, assumindo o ideário liberal, considera a vontade como a categoria central a partir da qual seria possível estabelecer a democracia. O que a põe no âmbito do politicismo, já que, para esta concepção, o político aparece como autônomo e, ainda, como determinante das condições sociais concretas, numa inversão que é, mais uma vez, própria da ideologia burguesa.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Rubem. *Populismo: Uma revisão Crítica*, Tese de Doutorado - Universidade Federal de Juiz de Fora, mimeo.

CHASIN, José. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ensaio Ad Hominem. 2000.

_____. *A Via Colonial de entificação do capitalismo*. In: *A Miséria Brasileira - 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade de Campinas. 1999.

_____. *Apresentação*. In: *A Miséria Brasileira - 1964-1994: Do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomia relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DREIFUS, René Armand. *1964. A Conquista do Estado*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

IANNI, *O Populismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LUKÁCC, Gyorgy. *Introdução a uma estética marxista*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *El assalto a la razón*. México: Fondo de cultura econômica, 1959.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pre-64: a experiência carioca*. In: *Lutas Sociais*. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). n. 6. 1999.

MARINI, Ruy Mauro. *A Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: centrovictormeyer.or.br. Acessado em 08/2017.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.

MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. 2013. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

MOISÉS, José A. *Greve de Massa e Crise Política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo 1953-54*. São Paulo: Polis, 1978.

_____, *Problemas Actuales del Movimiento Obrero en Brasil*. In: Seminário de Movimiento Laborales de CLACSO. México, 1977

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2003.

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *História econômica do Brasil*. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RAGO FILHO, Antônio. *O ardil do politicismo: do bonapartismo à Institucionalização da autocracia burguesa*. In: *Projeto História*, São Paulo, (29) tomo 1, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense. 1982.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.